

The background features several stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, surrounded by a larger circle and several elongated, teardrop-shaped rays extending outwards. The icons are scattered across the page, with the largest one at the top center and smaller ones below and to the sides.

DOSSIÊ
CONFLUÊNCIAS AMAZÔNICAS: ESTADO, CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E PRÁTICAS SOCIOPOLÍTICAS
QUILOMBOLAS, BEIRADEIRAS E RIBEIRINHAS

CONFLUÊNCIAS E CONFLITOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, RIBEIRINHOS E BEIRADEIROS NA AMAZÔNIA

Vinicius de Aguiar Furuie¹  

Universidade de Toronto Scarborough | Toronto - Ontário - Canadá

Natalia Ribas Guerrero²  

Universidade Federal do Pará | Belém - Pará - Brasil

submissão: 24/02/2025 | aprovação: 25/02/2025

1 É doutor em Antropologia Social pela Universidade de Princeton (EUA) e professor adjunto de Antropologia na Universidade de Toronto Scarborough (Canadá). Trabalha junto a povos beiradeiros do médio Xingu com interesse especial nos modos de produção e circulação de mercadorias pelo comércio de regatão. Possui pesquisa publicada sobre questões políticas e socioambientais no Brasil e Japão.

2 É doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (Ineaf/UFFPA). Tem experiência de pesquisa em conflitos socioambientais envolvendo camponeses, comunidades tradicionais e povos indígenas na Amazônia, com particular enfoque nos impactos de políticas ambientais em territórios tradicionalmente ocupados.

Este dossiê nasce do encontro de pesquisadores acadêmicos, pesquisadores que trabalham na esfera executiva do Estado brasileiro e pesquisadores advindos de territórios de povos e comunidades tradicionais em torno de interesses comuns envolvendo a articulação entre Estado, antropologia, ambiente e natureza em territórios quilombolas, beiradeiros e ribeirinhos, principalmente na Amazônia.

Percebemos que a Amazônia tem sido amplamente reconhecida pela diversidade dos modos coletivos de se relacionar com as paisagens e um amplo conjunto de seres em seus territórios. Em outras palavras, ao longo das últimas décadas, observa-se um crescente interesse por perspectivas amazônicas que veem o meio ambiente como mais do que potencial não realizado de lucro. Tal perspectiva, introduzida em compasso com a colonização europeia, mobiliza em sua legitimação um violento apagamento físico e simbólico dessa diversidade étnica e social. Um apagamento de sua humanidade, de seu manejo e contribuições para a construção dessas paisagens, bem como do conhecimento tradicional associado a essas práticas, suas bases teóricas, cosmológicas e ecológicas, que incidiu tanto sobre os povos indígenas como sobre outros campesinatos que se territorializaram nos séculos seguintes. Nesse contexto, este dossiê traz contribuições

que destacam a originalidade e criatividade de quilombolas, ribeirinhos e beiradeiros de habitar o território e interroga como a categoria de povos e comunidades tradicionais tem mediado a relação desses coletivos com o Estado em seu pleito por direitos.

Tal enfoque não poderia deixar de ter como elemento central as diferentes maneiras pelas quais os atores estatais e seus mecanismos de intervenção interpelam, oprimem, legislam, capturam, refratam, confrontam, reconhecem, ignoram e categorizam as formas como esses povos e comunidades tradicionais ocupam seu território e refletem sobre sua identidade e história. A presença do Estado, em seu mínimo enquanto potencial repressor, é evidente na formação dessas comunidades; contudo, isso não significa que macrodinâmicas do capitalismo globalizado ou da política nacional e internacional determinem as formas com que os povos tradicionais da Amazônia se relacionam com seus lugares no contexto da região. Pelo contrário, nos casos aqui analisados, buscamos entender como as intervenções estatais são incorporadas ou rejeitadas dentro de parâmetros simbólicos que são, por sua vez, reconstituídos por tais intervenções. A “tradicionalidade” desses modos de vida amazônicos é claramente produto de uma história gerada a partir dessa dinâmica.

Destacamos nessa introdução dois eixos que perpassam os textos aqui reunidos e que a seguir elaboramos brevemente em relação ao tema geral do dossiê. O primeiro diz respeito aos projetos nacionais atrelados ao ideal desenvolvimentista ou de conservação ambiental, ao passo que o segundo tem a ver com o reconhecimento e a construção da tradição e da identidade em contextos de conflito.

Sobre projetos nacionais e sua relação com ideais desenvolvimentistas ou do campo da conservação, a história recente das políticas de Estado em relação à Amazônia é sistematicamente marcada por contradições, ou aparentes contradições. Ao longo do último século o governo brasileiro adotou plataformas em que dizia priorizar, por um lado, a segurança das fronteiras nacionais amazônicas e a expulsão de “forasteiros”, e, por outro, a atração de capital estrangeiro para grandes projetos de infraestrutura e a mobilização de fundos internacionais e campanhas diplomáticas para a criação de unidades de conservação restritivas na região. Como demonstra Barretto Filho (2001), as aparentes contradições de tal política devem ser entendidas como dois lados de uma mesma postura autoritária em que o governo busca centralizar o controle territorial em suas mãos, decidindo unilateralmente quem tem o direito de ocupar a terra. Excluídos de tais decisões, tanto os habitantes tradicionais do

território que o governo dizia, em sua propaganda, ser desocupado quanto os colonos atraídos pelos incentivos econômicos buscam interpretar as ações do governo, “vernaculizando” (Campbell 2015) o cânone legislativo e executivo como estratégia para avançar os próprios interesses em meio a um contexto autoritário e cheio de ambiguidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que as comunidades ribeirinhas e quilombolas aqui representadas buscam interpretar e propor suas próprias possibilidades de futuro em meio a condições que não escolheram. Em particular, essas comunidades estão vivenciando o impacto de grandes projetos desenvolvimentistas, como a Base Espacial de Alcântara e a usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, em seus territórios tradicionais e buscando entender e articular respostas a tais projetos. Também nos debruçamos sobre iniciativas governamentais de menor visibilidade, mas impacto considerável sobre a relação de comunidades com seu território, como ações de regularização fundiária no rio Trombetas e termos de compromisso para a exploração da castanha entre o governo e comunidades ribeirinhas do rio Iriri.

A dinâmica é claramente assimétrica em todos esses contextos. Contudo, busca-se um olhar analítico que leve em conta as diferentes escalas, mas priorize a criatividade de povos

ignorados por projetos de nação. Nesse exercício, os textos aqui compilados oferecem descrições de possíveis “encontros pragmáticos” ou “acordos pragmáticos” (Almeida 2022) de atores e realidades incomensuráveis, mas que se confrontam na Amazônia hoje. Ana Mumbuca, pesquisadora quilombola do território de mesmo nome, no Jalapão (Tocantins), dialoga com essa ideia quando observa que os mumbucas são exímios em estabelecer confluências organizativas. E repara: “A organização segue a lógica dos acordos. Entende-se acordo, de forma diferente de regras. Regras como o regime fixo que faz parte da ordem e do poder de ‘alguns’ sobre ‘outros’. Enquanto o acordo é o poder flexível de ‘todos’ com ‘todos’” (Silva 2019: 38).

Sobre o reconhecimento e construção da tradição e da identidade em contexto de conflito, a influência da história no modo como os povos e comunidades aqui representadas se relacionam com o território não se limita ao acervo estatal de políticas públicas e suas interpretações. Os textos aqui reunidos trazem exemplos de como experiências de conflitos e esbulho, lutas pela terra, festivais tradicionais e a criação de alianças e parentesco são elementos importantes para entender as atuais configurações do modo de vida e de como ele está enraizado nos territórios. Como lembram Carneiro da Cunha e

Almeida (2009), as alianças políticas que trouxeram atenção internacional aos povos da floresta se dão principalmente pela associação entre esses coletivos, seus conhecimentos tradicionais e conservação ambiental. Em particular, os textos mostram como manifestações de consciência histórica e da própria noção de pessoa e identidade interagem, por um lado, com a terra, o rio, as plantas e os animais e, por outro, com os atores externos e as emergentes configurações de mercado e governo.

Em outras palavras, aquilo que se chama de “tradição” em contextos de reivindicação política mostra-se muito menos essencializado e mais dinâmico do que sua interpretação jurídica ou de senso comum. É justamente por meio da constante transformação que são recriados os acordos que dão substância à subjetificação e às instâncias de pertencimento coletivo, gerando categorias tanto de pessoas quanto de grupos. Tais casos demonstram não apenas a cocriação da identidade com o Estado e com a floresta, os rios e a atmosfera, mas também o agenciamento de eventos históricos cujos significados são reivindicados por meio da noção de ancestralidade da ocupação territorial, parentesco e continuidade de modos de vida e valores comuns.

Os textos que fazem parte desta coletânea exploram, assim, o encontro entre povos

quilombolas e beiradeiros da Amazônia e o Estado brasileiro no que concerne a questões ambientais e da terra. Constatando que o Estado se faz cada vez mais presente na vida dessas comunidades buscando regulamentar o uso da terra, floresta e rios de seu território, os textos destacam a experiência dos povos e comunidades tradicionais não-indígenas que habitam a região, enfatizando a criatividade social e conceitual que surge dos encontros entre esses grupos e o Estado. Focamos principalmente nas formas pelas quais certos modos de habitar e se relacionar com o território são reconfigurados em meio aos processos burocráticos que envolvem as agências e agentes do Estado.

Todos os contextos apresentados neste dossiê se caracterizam por numerosos conflitos que envolvem, além do Estado nacional, agentes como grileiros, madeireiros e garimpeiros. Nosso objetivo é, assim, trazer à tona como ribeirinhos, beiradeiros e quilombolas conceituam e mobilizam práticas de cuidado com o território, e como tais conceitos e práticas se relacionam com os conceitos e práticas estatais. Em outras palavras, a proposta deste dossiê vai no sentido de apresentar a perspectiva de acadêmicos e pensadores quilombolas, ribeirinhos e beiradeiros sobre suas concepções e formas próprias de manejo e resistência, diante de pressões cada vez maiores de exploração de

recursos naturais e minerais, resistências aos processos de esbulhos, dentre outras estratégias de forma, uso, ocupação e relação com o ambiente em que vivem.

1. DIÁLOGOS COM A ECOLOGIA HISTÓRICA E A ARQUEOLOGIA

De forma conectada a esse movimento, no campo acadêmico, a agenda da ecologia histórica e a forma com que articula domínios diversos variados do conhecimento têm permitido visibilizar elementos importantes, dedicando-se às formas pelas quais sociedades pretéritas transformaram os lugares em que viviam, mas também como grupos contemporâneos se engajam com esses lugares, produzindo novas transformações.

No caso amazônico, uma das principais contribuições do programa foi abrir caminho para compreender esses processos a partir das ideias de construção de paisagens e de domesticação, lançando luz sobre a antiguidade e persistência da relação entre grupos humanos e a biodiversidade encontrada na região (Clement et al. 2015; Levis et al. 2017, 2018; Neves 2022; Oliveira et al. 2020). Evidencia-se, assim, a biodiversidade e agrobiodiversidade enquanto legados, constituídos e em constituição por povos e comunidades tradicionais (Emperaire 2021). E um ponto central, destacado por diversos autores, é como a geração

de diversidade é um aspecto-chave dessas formas de se relacionar, em contraponto ao modelo capitalista hegemônico, homogeneizante.

Vale notar que a maior parte desse corpo de estudos envolve povos indígenas na Amazônia, havendo ainda um importante espaço para avançar no papel da diáspora africana nessa composição de paisagens, como tematizado por contribuições deste dossiê e como lembram Judith Carney e Voeks (2003), assim como Scoles e Gribel (2011) com dados etnográficos vindos da bacia do Trombetas; ou, ainda, de outras comunidades tradicionais. Sobre esta denominação mais ampla, refletindo a partir desse diagnóstico em diálogo com a arqueologia, Honorato e Rocha (2024) advogam a urgência “de se abranger de forma explícita outros povos e comunidades tradicionais que frequentemente descendem de indígenas e africanos, mas não apenas, e que não necessariamente se autorreconhecem como indígenas ou quilombolas”. Os autores apontam que as pesquisas ainda tendem a se dar de forma segmentada; e, embora entendam que esses recortes seriam justificáveis, isso poderia “limitar nossa tentativa de compor histórias de longa duração dos territórios onde trabalhamos e inadvertidamente contribuir para a invisibilização de vizinhos que pertençam a outro grupo social e que compartilham das mesmas paisagens” (Honorato & Rocha 2024: 31). A proposta seria, assim, no contexto

amazônico, de trabalhar uma arqueologia dos povos da floresta, sob a premissa de que se trata de “trajetórias históricas diversas, mas que têm nas formas próprias de organização social e relação estreita com os territórios pontos de convergência importantes” (Honorato & Rocha 2024: 33). Entendemos que essa agenda dialoga diretamente com um dos sentidos de *confluenciar*, do filósofo quilombola Antônio Bispo dos Santos: “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente” (Santos 2022: 15).

Em suma, dois elementos merecem realce: a conexão entre conhecimentos tradicionais e territórios, e o cenário de conflitos e pressões que histórica e atualmente vivenciam. Essa é uma das conclusões de estudo feito para a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, publicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 17 volumes em 2021, mostrando a amplitude das contribuições de povos indígenas, quilombolas e comunidades locais à biodiversidade, bem como os desafios enfrentados por esses coletivos para permanência e proteção de seus territórios. Destacamos, em particular, o estudo de Doblaz e Oviedo (2021), que mostra o papel de territórios

tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural e contenção do desmatamento, mas também do crescimento da pressão sobre essas áreas nos últimos anos.

Outro ponto importante é como a universidade também tem sido objeto de ação coletiva de povos e comunidades tradicionais, seja por meio de alianças e processos de pesquisa colaborativos, seja pressionando nas últimas décadas para que as universidades brasileiras se abram para que esses grupos possam cada vez mais ocupar diretamente esses espaços. O próprio movimento de povos e comunidades tradicionais em reivindicar ações afirmativas específicas nas universidades, pautando cursos e programas, é também uma forma de fazer com que a própria universidade consiga dar um passo reflexivo para se reconstituir com esses saberes, com esses regimes diversos de conhecimento, com essa diversidade de formas de conhecer. Seria uma forma de, nos termos de Bispo dos Santos (2023), contracolonizar esses espaços e as matrizes de produção de conhecimento, fazendo avançar esses estudos e campos a partir de questionamentos epistemológicos importantes.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DESTE DOSSIÊ

O percurso do dossiê se inicia pela bacia do Xingu, no Pará, com famílias beiradeiras que ocupam as margens desse rio e de seu principal

afluente, o Iriri. Com origem no estabelecimento dos seringais na virada do século XIX para o XX, a partir de matrizes camponesas e indígenas, as comunidades beiradeiras dessa região desenvolveram uma territorialidade marcada pela ocupação de extensas áreas, com base em uma intensa mobilidade e em uma amplíssima rede de relações, com o estabelecimento de diversos vínculos de parentesco, vizinhança e compadrio conectando famílias dispersas por centenas de quilômetros de rio e com presença nas sedes municipais (Francesco et al. 2017, Furuie 2020, Guerrero 2022, Postigo 2012, Postigo & Rezende 2017, Villas-Bôas et al. 2017).

Ao longo do século XX, vivenciaram diversas transformações ligadas à economia extrativista e aos desdobramentos de políticas desenvolvimentistas da ditadura militar da Amazônia, dentre as quais o projeto que daria origem à usina hidrelétrica de Belo Monte, concretizada apenas no século XXI.

Vinicius de Aguiar Furuie argumenta que, nesse contexto, o autorreconhecimento beiradeiro enquanto pessoa moral é intrinsecamente ligado ao reconhecimento do outro enquanto pessoa também. O autor traz evidência histórica e etnográfica em seu texto para sustentar esse argumento. Por um lado, traça uma história do desenvolvimento de relações de trocas comerciais baseadas no sistema de aviamento da região, mostrando como, mesmo em

situações caracterizadas pela assimetria de poder, os beiradeiros buscavam ser reconhecidos pelos padrões da borracha como pessoas morais. Por outro, a etnografia demonstra que tal reconhecimento vai além de relações comerciais e constitui um esquema geral de relações da qual não-humanos, como os tucunarés que eles pescam, podem também fazer parte. Nesse sentido, a falta de reconhecimento nesses termos constitui um tipo de violência moral que o Estado e a operadora de Belo Monte cometem contra beiradeiros.

Seguindo a interlocução com famílias beiradeiras dos rios Iriri e Xingu, Raquel Rodrigues dos Santos, Natalia Ribas Guerrero e Mauricio Torres focalizam em maior detalhe o conflito que decorreu da criação, no início dos anos 2000, de unidades de conservação ambiental restritivas de forma sobreposta aos territórios tradicionalmente ocupados, permeado por formas de violência ambiental, como conceituada por Castro (2024). Os autores analisam como a territorialidade beiradeira, em particular o extrativismo de castanha-do-pará, foram impactados por essa política ambiental, levada a cabo pelo Estado a partir da invisibilização dessa ocupação tradicional, reproduzindo o olhar colonial a que aludimos no início desta apresentação. Trabalhando com materiais reunidos ao longo de mais de uma década de pesquisa na região,

sob uma perspectiva interdisciplinar, o artigo traz ainda como se configura o campo da resistência, ou seja, como as famílias beiradeiras mobilizam elementos dessa territorialidade em sua luta por reconhecimento, defesa de suas práticas e permanência no território – um projeto de futuro, em suma, expresso na ideia de *sistema antigo*.

Ainda no Pará e trazendo dados etnográficos do Projeto de Assentamento Agroextrativista Sapucua-Trombetas, em Oriximiná, Ítala Nepomuceno demonstra como categorias de regularização fundiária relativas à propriedade da terra foram interpretadas e incorporadas às discussões sobre identidade individual e coletiva. A autora mostra como as propostas do governo de institucionalizar a posse coletiva de terras inspiradas pelas lutas de remanescentes de quilombos na região levaram setores interessados na propriedade privada da terra a se organizarem, o que cindiu as partes interessadas entre pessoas *coletivas* e *individuais*. Contudo, o artigo demonstra com sutileza que as categorias em si devem ser entendidas em relação a uma complexa história de conflito envolvendo ribeirinhos, fazendeiros e criadores, em que, por vezes, a divisão não se mostra tão clara. Por fim, demonstra-se que a identificação com o lado *coletivo* implica uma postura contrária à venda da terra e que favorece a moradia próxima a parentes e práticas de trabalho regidas pela lógica

da reciprocidade; tal abertura possibilita a inclusão de atores individuais na visão de posse coletiva, evidência que as lógicas não são mutuamente exclusivas. Colocadas à luz de uma formação histórica específica, argumenta a autora, é possível entender as categorias de análise para além de uma simples oposição.

Navegando rumo à foz do Amazonas, para a cidade paraense de Gurupá, Lene Andrade nos conduz ao território quilombola de Gurupá-Mirim e nos convida a refletir sobre os processos envolvidos na Festa de São Raimundo Nonato, instituída a partir da iniciativa de um coletivo de mulheres mobilizado em torno da produção de mel. Realizando uma análise situacional, a etnografia de Andrade propõe uma reflexão sobre as transformações nos papéis das mulheres em relação à cosmopolítica quilombola, que envolve não apenas a sociedade de que fazem parte, mas também outros seres presentes no território, como as abelhas e o próprio santo. Além disso, essa cosmopolítica depende de conhecimentos tradicionais sobre o tempo e o clima, que a autora também analisa em seu texto.

Com Davi Pereira Jr., deixamos o estado do Pará para focar nas comunidades quilombolas de Alcântara, no município de mesmo nome no Maranhão. Assim como nos artigos de Furuie e Santos et al., aqui se focalizam os efeitos de

uma grande obra de infraestrutura em territórios tradicionalmente ocupados – neste caso, a Base Espacial de Alcântara. Pereira Junior recapitula o processo expropriatório conduzido pelo Estado, para então contrapor a ação coletiva das famílias, mobilizada em torno da identidade quilombola e do pleito por direitos territoriais coletivos como forma de proteger o restante dos seus territórios. O artigo analisa essa ação histórica e também contemporânea, com destaque para as estratégias de internacionalização das lutas dos quilombolas de Alcântara a partir da utilização de dispositivos infraconstitucionais para interpelar o Estado brasileiro em cortes internacionais.

Ampliando a abrangência contextual, Januária Pereira Mello, Diego Amoedo, Juliene Pereira dos Santos, João Vitor Gomes dos Santos e Dalila Silva Mello nos trazem um diagnóstico acerca das pesquisas e políticas públicas que envolvem comunidades quilombolas no Brasil, principalmente na Amazônia. Os autores apontam importantes lacunas na produção de dados sobre a realidade dos territórios quilombolas e sua população, bem como os limites das análises que tomam como base a distribuição municipal. Em contraste, argumentam em prol de uma abordagem que tenha como base a distribuição desses territórios pelo bioma, de modo a colocar em relevo as redes de socialidade que conectam humanos

e outros seres do território em torno de práticas e cosmopolíticas, em particular, as reflexões de pensadores quilombolas sobre suas concepções e formas próprias de manejo e resistência.

Caminhando para o final do percurso do dossiê, ainda no fio dessa reflexão de escopo ampliado, Breno Trindade nos chama a pensar a interdependência entre o Cerrado e a Amazônia para além de uma perspectiva dita ambiental, de modo a trazer para o primeiro o protagonismo de povos amazônicos no debate da chamada crise ecológica, pontuando como essa crise é concebida e vivenciada de forma distinta pela sociedade hegemônica e esses coletivos. Enquanto a legislação e a política pública frequentemente relegam a importância ecológica do Cerrado a um segundo lugar frente à exuberância da Amazônia, os povos tradicionais do Cerrado não veem seus territórios como menos importantes e enfatizam as continuidades políticas e históricas que os conectam aos quilombolas e ribeirinhos da Amazônia.

Por fim, vale notar que o encontro que originou este dossiê se deu por ocasião do XIV Congresso da Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA), realizado em julho de 2023, em Leticia, na Colômbia. As pesquisas aqui envolvidas vieram da fusão de dois painéis originalmente

independentes, um com maior foco em contextos ribeirinhos e outro em contextos quilombolas, mas ambos buscando destacar a relevância de tais contextos em um espaço tradicionalmente voltado à antropologia com foco nos povos indígenas da Amazônia. Por essa razão, além dos artigos, este dossiê conta com comentários do debatedor do painel e então presidente da SALSA, Jeremy Campbell, autor de *Conjuring property: speculation and environmental futures in the Brazilian Amazon* (2015) e atual diretor do Programa Andes-Amazônia do Museu Field de História Natural, nos Estados Unidos.

Nessa ocasião, tivemos a honra e felicidade de contar com contribuições do filósofo quilombola Antonio Bispo dos Santos, que se juntou a nós de forma remota desde sua casa no quilombo Saco Curtume, em São João do Piauí (PI), traçando confluências transamazônicas. Infelizmente, alguns meses depois, em dezembro de 2023, faleceu Nego Bispo, como era mais conhecido, deixando uma extensa obra a inspirar e mobilizar ampla gama de reflexões e ações contracolonizatórias. Por isso, gostaríamos de concluir este dossiê com um texto em sua homenagem de Januária Mello e Breno Trindade, acompanhado da poesia de Paulo Gustavo Alencar e do ensaio fotográfico de Patrick Arley.

REFERÊNCIAS

Almeida, Mauro William Barbosa de. 2012. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. 17(1): 121-152. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n1p121>

Almeida, Mauro William Barbosa de. 2022. Caipora e outros conflitos ontológicos, in *Caipora e outros conflitos ontológicos*, pp. 133-174. São Paulo: Ubu.

Barretto Filho, Henyo Trindade. 2001. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

Bispo dos Santos, Nego. 2023. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu.

Campbell, Jeremy. 2015. *Conjuring property: speculation and environmental futures in the Brazilian Amazon*. Washington, DC: University of Washington Press.

Carneiro da Cunha, Manuela. e Almeida, Mauro. 2009. Populações tradicionais e conservação ambiental, in *Cultura com aspas*. Editado por Carneiro da Cunha, Manuela. pp. 277-300. São Paulo: Cosac Naify.

Carney, Judith A. e Voeks, Robert A. 2003. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. *Progress in Human Geography*. 27(2): 139-152. <https://doi.org/10.1191/0309132503ph418oa>

Castro, Rodrigo Ribeiro de. 2024. A outra margem do Rio Verde: etnografia da violência ambiental no território tradicional caiçara da Jureia. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

Clement, Charles, Denevan, William, Heckenberger, Michael, Junqueira, André Braga, Neves, Eduardo, Teixeira, Wenceslau e Woods, Willian. The domestication of Amazonia before European Conquest, *Proceedings of the Royal Society B* 282: 20150813. DOI: <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>

Doblas, Juan e Oviedo, Antonio. 2021. Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil, in *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças Vol. 2*. Organizado por Cunha, Manuela Carneiro da, Magalhães, Sônia Barbosa e Adams, Cristina, pp. 14-58. São Paulo: SBPC.

Emperaire, Laure (org.). 2021. Gerar, cuidar e manter a diversidade biológica, in *Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças Vol. 7*. Organizado por Cunha, Manuela Carneiro da, Magalhães, Sônia Barbosa e Adams, Cristina, pp. 14-58. São Paulo: SBPC

Francesco, Ana Alves de, Freitas, Alexandra, Baitello, Clara e Graça, Denise da Silva. 2017. História de ocupação do beiradão no médio rio Xingu, in *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC*. Organizado por Magalhães, Sônia Barbosa e Carneiro da Cunha, Manuela, pp. 41-66. São Paulo: SBPC.

Aguiar Furuie, Vinicius de. 2020. Argonauts of the Amazon: river trade and rights in the Xingu Basin. PhD Dissertation, Princeton University, Princeton, New Jersey.

Guerrero, Natalia Ribas. 2022. Tem romance aquele lugar: territorialidade beiradeira e resistência em conflitos socioambientais nos rios Xingu e Iriri (Pará). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

Honorato, Vinicius e Rocha, Bruna. 2024. Arqueologia dos povos da floresta. *Estudos Avançados*. 38(112): 31-53. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.003>

Levis, Carolina; Costa, Flávia R. C.; Bongers, Frans; Peña-Claros, Marielos; Clement, Charles R.; Junqueira, André B.; Neves, Eduardo G. et al. 2017. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science*. 355 (6328): 925-931.

Levis, Carolina; Flores, Bernardo M.; Moreira, Priscila A.; Luize, Bruno G.; Alves, Rubana P.; Franco-Moraes, Juliano; Lins, Juliana; Konigs, Evelien; Peña-Claros, Marielos; Bongers, Frans; Costa, Flávia R. C.; Clement, Charles R. 2018. How People Domesticated Amazonian Forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*. 5 (171).

Neves, Eduardo Góes. 2022. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central*. São Paulo: Ubu.

Oliveira, Joana Cabral de; Amoroso, Marta; Lima, Ana Gabriela Morim de; Shiratori, Karen; Marras, Stelio; Emperaire, Laure. 2020. *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu; IRD.

Postigo, Augusto de Arruda. 2012. “*Não é bom viver com quem a gente não conhece*”: relações sociais e suas práticas no contexto de implementação das Reservas Extrativistas da Terra do Meio. Altamira: Instituto Socioambiental. Mimeo.

Postigo, Augusto e Rezende, Roberto. 2017. O aviamento e o modo de vida beiradeira, in *Xingu: histórias dos produtos da floresta*. Organizado por Villas-Bôas, André, Guerrero, Natalia Ribas, Junqueira, Rodrigo Gravina Prates e Postigo, Augusto, pp. 235-260. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Santos, Antônio Bispo dos. 2022. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília, DF: INCT/UnB.

Silva, Ana Claudia Matos da. 2019. Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca (Jalapão-TO). Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.

Scoles, Ricard e Gribel, Rogério. 2011. Population structure of Brazil nut (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae) stands in two areas with different occupation histories in the Brazilian Amazon. *Human Ecology*. 39: 455-464. <https://doi.org/10.1007/s10745-011-9412-0>

Villas-Bôas, André, Andrade, Ana Maria e Postigo, Augusto de Arruda. 2017. *Terra do Meio-Xingu: os saberes e práticas dos beiradeiros do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio*. São Paulo: Instituto Socioambiental.